

Contribuições dos Servidores ao VI Congresso

Rodolfo Simões de Melo.
Servidor público e delegado sindical
DER-ES

Proponho aos estimados e estimadas colegas da Diretoria executiva e plena, tese relacionada ao item C - Plano de Lutas, para subsidiar os debates acerca da questão fiscal, a arrecadação e a valorização do serviço público.

Recentemente a imprensa capixaba, via jornal A Gazeta, veiculou, enfaticamente em capa, os gastos com o funcionalismo público em relação a capacidade de investimentos. Tal matéria foi corretamente rechaçada por este Sindipúblicos por meio de nota de repúdio. Vamos, por um breve momento, fechar os olhos para o caráter falacioso do jornal e nos ater a possíveis estratégias para superar o discurso liberal.

O teor da matéria, que incita a opinião pública em culpar o funcionalismo público pela falta de investimento é proposital, tendo em vista a tradicional vontade, por parte das classes dominantes, de terceirizar e privatizar serviços públicos. Tal estratégia não é novidade.

Sabemos também que as duas principais fontes de recurso para o estado são as arrecadações via tributos e impostos e também via lucro de empresas públicas como a Cesan, por exemplo. É com esse montante que se mantém a máquina pública. Porém, sobretudo na atual conjuntura, de despolitização aguda da sociedade, convencionou-se negatizar a cobrança de impostos e a presença de estatais.

Um outro aspecto do enfrentamento da questão fiscal está ligada a cobrança sobre heranças que, na Constituição vigente permite uma alíquota de até 8%, no Espírito Santo é de 4% (art. 12 da Lei 10.011/13).

Além da breve exposição até aqui, se faz necessária também a luta pelo fim das terceirizações que também faz parte da questão fiscal, pois onera a folha de pagamento, objeto de interesse da mídia capixaba. Sabe-se que um profissional contratado através de empresa terceirizada gera um custo três vezes maior do que o custo de um servidor efetivo. Sabe-se também que um hospital administrado por uma Organização Social - OS, tem custo até três vezes mais se administrado diretamente pelo estado.

O debate em torno da questão fiscal também está intimamente ligada com a lei (infame) de responsabilidade fiscal. Utilizada apenas com o intuito de justificar contratações temporárias e terceirizações para assim, “não ultrapassar o sinal vermelho”. Se contabilizarmos o quadro efetivo, designações temporárias e terceirizados, a Lei de Responsabilidade Fiscal não teria efeito.

Temos aí uma bomba relógio, pois sem arrecadação, os serviços públicos podem colapsar em vias de fato ou através de insurgências por parte de servidores descontentes.

A fim de desarmar tal bomba, é necessário desconstruir o discurso hegemônico. Tal tarefa cabe aos servidores do quadro efetivo que, organizados através do Sindipúblicos, devem persuadir a população, via propaganda e todo meio difusor ao alcance, da importância de se manter serviços públicos de qualidade e gratuitos e que, para tal, é sim essencial que as empresas paguem os impostos. O motivo pelo qual a tarefa é exclusiva dos servidores se dá pelo conhecimento de causa, das necessidades e dos desafios no serviço público.

Criando grupo, comissão, observatório, uma ou mais equipes, preparados a dialogar com a sociedade, criando um contraponto ao discurso da máquina onerosa, do estado mínimo, do sucateamento que justifica a entrega, em última análise, da dignidade do povo, sobretudo dos que mais precisam.

Valorizar o serviço público = valorizar o servidor público

João Otávio Bachega

**Servidor público, diretor Suplente do Sindipúblicos
Iema-ES**

Como contribuição ao debate para aprofundamento das ações do Sindicato proponho refletirmos sobre os fundamentos e as estratégias de ações adotados nos últimos tempos.

Primeiramente entendo que o movimento sindical no setor público é derivado das experiências históricas do sindicalismo da classe operária no setor industrial. Até os dias atuais poucas mudanças estratégicas foram adotadas sendo que o escopo principal das reivindicações se referem aos direitos trabalhistas (salário, benefícios, previdência, condições de trabalho etc) porém no setor público existe, além desse escopo tradicional, um ingrediente adicional, o serviço público em si. Ou seja, para além de reivindicarmos melhores salários e condições para os servidores devemos reivindicar a prestação efetiva dos serviços públicos tanto quanto.

Em uma realidade ideal, a sociedade elege os representantes que conduzem o serviço público de forma correta e eficiente cabendo aos servidores a luta pela melhoria das condições de trabalho. Porém, esta não é a realidade e na maioria das vezes os representantes eleitos não possuem compromisso com o efetivo serviço público de qualidade. Dessa forma cabe ao movimento sindical o levante desta bandeira em conjunto com as questões individuais dos servidores. Essa relação entre os direitos dos servidores e o serviço público de qualidade é indivisível pois o que dá origem as oportunidades no serviço público é a necessidade das prestação do mesmo, ou seja, não há

como separar os servidores públicos do serviço para os quais foram contratados.

Portanto, ou assumimos uma postura propositiva em relação a qualidade dos serviços públicos de forma a discutir o modelo de gestão e seus resultados ou nos desconstituiremos com a própria sociedade que nos deu origem.

Um novo sindicato é necessário

João Otávio Bachega

**Servidor público, diretor Suplente do Sindipúblicos
Iema-ES**

Com as mudanças nas leis trabalhistas fica claro a necessidade de conquistar cada servidor para que ele assuma sua parte na luta pelos seus direitos e por um serviço público de qualidade.

Para essa conquista é importante perceber que estamos enfrentando uma mudança de geração, ou seja, aquela geração que impulsionou os movimentos sindicais no setor público após a constituição de 88 representam os servidores que estão aposentados ou em vias de aposentadoria sendo que a “nova geração” compostos por servidores que não se engajaram no movimento sindical à época bem como daqueles que ingressaram no serviço público no último período de crescimento econômico na primeira década dos anos 2000 não participam com efetividade das atividades do Sindicato.

Se considerarmos a “nova geração” sendo aquela que compõe considerável parcela dos servidores ativos e que representam um quantitativo significativo podemos entender que a conquista desses servidores para o associativismo sindical poderá contemplar tanto a mobilização na luta quanto a viabilidade econômica do sindicato neste novo cenário.

De forma prática proponho uma campanha de filiação sindical a ser realizada após o congresso de forma a percorrer todos os setores e autarquias que compõem a base do sindicato e divulgar um “pacote” de serviços que o sindicato já entrega e/ou poderá entregar de forma a conscientizar cada servidor que a sua contribuição sindical vale a pena.

Esse “pacote” é composto por:

- Atendimento Jurídico integral nas pautas coletivas e compartilhado na área trabalhista individual;
- Sindicato digital e transparente: Uma plataforma on-line onde cada associado poderá gerenciar suas informações (filiação, cadastro etc), consultar as finanças (receitas e despesas), votar nas eleições e propor/aprovar pautas de lutas e mobilizações através das assembleias digitais precursoras das assembleias presenciais;
- Comunicação multi-plataforma. Este item o sindicato já é uma referência nacional e está em constante aprimoramento;

- Demais benefícios e convênios.

Portanto, para a sobrevivência econômica e de lutas do sindicato e imprescindível a ampliação do quadro de filiados ao Sindipúblicos.

Carlos Roberto Casteglione
Servidor público estadual aposentado

Apresento aos dignos Delegados e Delegadas, o texto/tese relacionado ao item C (PLANO DE LUTAS), para orientar o debate sobre o financiamento do Sistema Estadual de Previdência.

Inicialmente, devemos considerar que os filiados e as filiadas ao Sindipúblicos, são hoje em sua grande maioria de servidores aposentados e/ou prestes a se aposentar.

Um outro elemento, é que a administração pública tem adotado o modelo de contratação terceirizada para vários serviços em suas respectivas unidades, o que pode significar uma considerável redução nas receitas do IPAJM.

Segundo informações recentes vinculadas na imprensa escrita, o Instituto de Previdência vem consolidando ano após ano, um significativo déficit em suas contas. Em 2019 a previsão é de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) de aporte extra no IPAJM, com recursos oriundos do orçamento geral do governo do Espírito Santo.

Considerando ainda, que o atual quadro de crise econômica já vem sendo usado pelos gestores como argumento para segurar a pauta de debates sobre as necessárias correções salariais, e que poderá também ser usado no futuro breve para dificultar o repasse deste aporte para cobrir o “rombo” nas finanças do IPAJM, criando assim, dificuldades para o regular pagamento das aposentarias, pensões e benefícios.

Lembro ainda, que a proposta de “Reforma da Previdência” apresentada pelo governo federal e em debate no Congresso Nacional, aponta para a retirada de direitos fundamentais dos trabalhadores/servidores e que no âmbito da gestão estadual está previsto que também haja no futuro, alguma revisão (reforma) do sistema estadual de previdência.

Diante de eminentes riscos aos nossos filiados(as) e demais servidores, PROponho que o Congresso debata esse tema e que APROVE a criação de uma COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E ASSESSORIA para todas as ações referente ao sistema de previdência, especialmente no que tange ao equilíbrio financeiro do IPAJM.